

**PARA AQUÉM DAS BORDAS:
CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA
AUTOPOIÉTICA DE LUHMANN
PARA ANÁLISE DA CIRCULAÇÃO**

**WITHIN THE EDGES:
CONTRIBUTIONS FROM LUHMANN'S
AUTOPOIETIC PERSPECTIVE
FOR CIRCULATION ANALYSIS**

Carlos de Gusmão¹

Resumo: Propomo-nos a refletir nesse trabalho a questão da **circulação** a partir de uma perspectiva da **Teoria de Sistemas Autopoiéticos**, de **Niklas Luhmann**, propondo que as dificuldades de compreensão e conceituação dessa instância da comunicação deve-se ao modo da observação teórica de cunho instrumental ainda vigente e de seus fundamentos epistemológicos. A partir dessa hipótese, tensionamos a arquitetura do conceito em sua forma instrumental, fundada numa perspectiva intencionalidade-efeito, esperando que desse tensionamento surja indícios de novas possibilidades

1. Professor Associado da UFAL – Universidade Federal de Alagoas. Especialista e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Ciências da Comunicação pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio os Sinos – RS.

– no âmbito da teoria da autopoiesis ou em tensionamento com esta - de compreensão da circulação.

Palavras-chave: Circulação. Autopoiesis. Luhmann. Epistemologia.

Abstract: In this article we intend to reflect the **circulation** issue from the **Theory of Autopoietic Systems** perspective, from **Niklas Luhmann**, proposing that the difficulties of understanding and conceptualizing this instance of communication is due to the still in use theoretical mode of observation instrument and its epistemological foundations. From this hypothesis, we tension the architecture of the concept in its instrumental form, based on an intentionality-effect perspective, hoping that from this tension arises indications of new possibilities - within the scope of the autopoiesis theory or in tension with it - from the circulation understanding.

Keywords: Circulation. Autopoiesis. Luhmann. Epistemology.

Utilizamos aqui, junto à referência às bordas, constante de um texto de Fausto Neto - significando aceitar de antemão a dificuldade de se observar *diretamente* a diferença² - o termo *aquém*, buscando reforçar, ao modo da proposta da ruptura epistemológica concernente ao nosso lugar de observação da questão, a perspectiva da Teoria dos Sistemas Autopoiéticos de Luhmann, a proveniência eminentemente epistemológica da questão da *circulação*.

Diremos de forma mais clara: a problemática aqui apontada – cujo cerne repousa numa aparente insuficiência

2. O termo aqui significa, em termos teóricos autopoiéticos, a necessária distinção ao observar. No caso, a inobservabilidade parece estar condicionada a impossibilidade, definida pela teoria utilizada, em se observar a diferença que possibilita, ela mesma, a observação. No caso, trata-se da impossibilidade de observar a diferença utilizada por um sistema (a mídia, por exemplo) para observar/comunicar a realidade. Nosso empréstimo do termo significativo *borda* diz respeito à necessidade de se observar *indiretamente* a circulação, lançando a hipótese dela como uma *diferença* fundadora da possibilidade do comunicar. Nosso esforço, adiantamos, será o de encontrar indícios da natureza dessa diferença através de indícios como perturbações no hiato conceitual que identifica e distingue as dimensões visíveis (polares) da comunicação.

teórica em conceituar o espaço-tempo³ que *distingue e identifica* os polos designados genericamente como de produção e recepção e que por si já constitui uma questão epistemológica requer, segundo nossa proposição, uma readequação desse nível de observação à natureza da questão, que envolve a insuficiência conceitual e os procedimentos epistemológicos aí envolvidos.

O que definimos como readequação consiste, pois numa ruptura com certos modos teóricos-epistemológicos de abordagem da comunicação. Trata-se, adiantamos, de proceder epistemologicamente ao modo da Teoria dos Sistemas Autopoiéticos, que nos fornece a condição para considerar a *diferença* - contra o senso comum vigente na ciência dos objetos sociais - como dimensão constitutiva não conceituada do fenômeno da comunicação. O aquém (das bordas) tem um significado epistemológico: recusar os limites propostos pelo entendimento que o significado de bordas nos trás e, de posse de conceitos diferenciais, nos lançar nesse espaço-tempo bordejado que não se revela aos conceitos “positivos” – entendidos assim como não diferenciais.

Se nossa hipótese é a de que a invisibilidade teórica se deve a um certo modo de observar, nossa investigação deve manter-se atenta à ruptura epistemológica propiciada por este novo lugar de observação, da Teoria da Autopoiésis que, no domínio da Teoria dos Sistemas pretende,

“... partir de uma diferença, ou seja, a diferença entre sistema e ambiente. Este é o ponto de partida muito importante e fortemente restritivo, de acordo com o qual, a teoria dos sistemas não se ocupa simplesmente com objetos especiais, isto

3. A indicação aqui de uma outra noção além da de espaço – a de tempo - para identificar o *topos* onde se desenrola a questão da circulação obedece a um pressuposto teórico, o da teoria da autopoiésis, como veremos mais adiante. Embora recorramos aqui de maior precisão teórica para inserirmos essa noção, o fato é que o que comumente definimos como uma “transmissão” recorre da ideia de uma espacialidade e descarta o tempo da transmissão, como irrelevante, embora uma simples intuição nos leve a considerar que o tempo, aí, implica a própria possibilidade e natureza circular da circulação.

é, sistemas, em contraste com qualquer objeto. Ela ocupa-se com o mundo, visto com o auxílio de uma diferença específica, ou seja, aquela entre sistema e ambiente. Ela abrange, portanto tudo o que existe, mas somente com a condição de que seja indicado, a cada vez, se se trata de sistema ou de ambiente”. (Luhmann, 1997, págs. 49 – 50.)

Se tomarmos o conceito importante, senão fundamental, na construção da questão comunicação na contemporaneidade – o de mediação - observaremos, deste novo lugar de observação, que ele não consegue em última instância distinguir *mídia* e *meio social*, senão, paradoxalmente, se constituindo, como conceito, numa *unidade de uma diferença* problemática – que reverbera nos objetos e problemas de pesquisa, nas interfaces constitutivas dos objetos, que abrigam uma diferença irreduzível. O conceito de se esforça (por exemplo, na solução proposta do “efeito”, nunca efetivamente provado, mas necessariamente resgatado nas perspectivas de qualquer forma instrumentais) na tentativa de solucionar a relação (construir a unidade teórica) entre “mídia” e “sociedade”. Entretanto, é esse paradoxo que mantém o conceito “vivo”, ou “em construção” (Fausto Neto). De fato, é a invisibilidade do espaço-tempo constitutivo das relações entre os polos que mantém viva a pesquisa.

Ora, essa dinâmica interna ao conceito – referido à complexidade não redutível das designadas relações entre mídia e sociedade -, fica mais clara quando entendemos que a expressão mídia e sociedade é epistemologicamente inadequada, pelo fato de que para articularmos essas instâncias conceituais temos que abstrair o caráter social da mídia. Isso produz uma perspectiva de crise (em última instância social) que não se esgota na pesquisa – e de fato a funda. Entretanto, a mera convocação dessa diferença para o interior da sociedade – portanto da comunicação, se nos mantermos coerente com a teoria que identifica comunicação e sociedade – nos lança noutra perspectiva.

Como fazer essa distinção entre social e social senão trazendo a diferença (cuja inconceituabilidade subjaz a todo problema de pesquisa) para o interior da sociedade, nos seus processos de produção de sentido? Não é a mídia social, tal qual a sociedade? A pergunta central nesse trabalho é: qual a relação entre essa interiorização teórica da diferença no conceito de comunicação com a questão da circulação? Seria a circulação algo externo a processos sociais, capaz de prove-los de uma dinâmica de sentidos na sociedade ou ela é o elemento constitutivo da comunicação, a ser compreendido nessa perspectiva endógena a partir de uma nova epistemologia que legitima a aplicação dos *conceitos diferenciais* da Teoria da Autopoiésis?

Luhmann também fala da impossibilidade de observar a diferença, o que o leva a definir a condição de que na observação seja indicada, alternadamente, “se se trata de sistema ou ambiente”. Ante essa condição adiantamos que se fazemos a convocação da diferença para o interior do conceito da comunicação no sentido de pô-la à disposição dos esforços de compreensão, a porta de entrada “indireta” seria as referências produzidas pelas perturbações (irritações) que o sistema tecnológico produzem na comunicação – e na sociedade - em função das variações aí emergentes em função dos novos modos de produção de realidade imbricados às novas noções de temporalidade e espacialidade tecno-social.

Consideramos necessário adiantar aqui, aos críticos ou apaixonados pelo determinismo tecnológico que, autopoiéticamente a tecnologia deve ser convocada em seu acoplamento estrutural com a comunicação, ao modo de um “fator cooperante”, que “não deixa vestígios” (Luhmann, 2009, aula X).

O primeiro passo em busca do nosso objetivo nos leva a considerar que a mais ferrenha perspectiva empirista teria que reconhecer – nesses tempos de velocidade interativa e realidades virtuais e na emergência da questão circulação – que os designados polos da comunicação parecem ser menos referências sólidas à observação e mais referências lógicas organizadas epistemológica e teoricamente em função

de perspectivas instrumentais⁴ organizadoras do espaço-tempo intra-comunicacional⁵ segundo uma lógica que define origem e destino na *noção* de transmissão, nas observações teóricas dos processos comunicacionais, considerando-se aí que esse movimento tenha origens e fundamentos na ideia de intencionalidade, agregada como um *plus* ao conceito⁶

4. Não entraremos aqui numa discussão sobre a natureza de constituinte-constituída da perspectiva lógico instrumental até que possamos decidir sobre a natureza da circulação, ficando apenas o indicativo dessa questão para uma posterior reflexão. Não consideramos, também a possibilidade de compreender espaço e tempo, aqui, como categorias a priori, dado o fato mesmo de que as perturbações no sentido da realidade social comunicada em tempos tecnológicos parecem coincidir com as alterações na velocidade do tempo e no espaço social, onde se enraíza o sentido – inclusive filosófico. Nesse sentido, não há nenhum lugar filosófico ab extra do social. Esta questão, como colocada aqui é meramente provocativa.
5. Introduzimos aqui a noção do intra-comunicacional no sentido de provocar a ideia de que o espaço-tempo da circulação seria passível de uma certa diferenciação da noção geral de espaço. Quando nos referimos às novas velocidades de base tecnológica na comunicação – nos novos modos interativos, por exemplo - estamos nos referindo ao processo comunicacional em si, como operações genuinamente sociais (Luhmann). A nossa perspectiva teórica, ao considerar a comunicação como um processo completo que envolve desde a **produção** (síntese de uma seleção de informações que se *acopla* à uma outra síntese formado pelos sinais selecionados, na ação de informar) à **compreensão** (síntese seletiva das condições para a compreensão – contexto, memória, valores etc) convoca o espaço e o tempo da “transmissão” (circulação) para o *interior do conceito*.
6. No conceito de comunicação que utilizamos nessa análise a noção de intencionalidade perde sentido, em função de que o conceito envolve produção (a diferença entre informação e meio) e compreensão (diferente de produção), que conclui o processo e permite a comunicação seguinte, recursivamente. Ora, ao discutir a improbabilidade da comunicação em função dos limites autopoieticos (entre seleção de informação e seleção de sinal e, posteriormente, entre esses dois processos que configuram o que comumente se denomina como produção e a compreensão (âmbito de recepção), põe dois entraves na possibilidade de se comunicar e por outro lado, a impossibilidade total de que uma intenção possa ser concluída como efeito. Que a intenção possa existir - e de fato existe, sem sobra de dúvidas, fundando o fato de que não existe neutralidade na seleção de informação, do meio ou mesmo da compreensão – é compreensível, mas não o fato de que a síntese de seleções que se constituem o conceito inteiro da comunicação deixem passar incólume a intencionalidade originária.

que deve –para que toda essa arquitetura teórica tenha sentido (a unidade da diferença que o conceito de mediação propõe) – produzir efeitos.

Esses efeitos, fundados certamente na intencionalidade (consciente ou não) teriam obrigatoriamente que “percorrer” ou circular, nessa arquitetura, por esse hiato não conceituável, seja no âmbito de uma comunicação ou nas comunicações recursivas a ela. A ideia que nos move é considerar que essa circulação – face à historicidade do processo e de seu objeto⁷, ou à natureza do conceito de mediação, como vimos, recolhe a noção de espacialidade-temporalidade.

Na prática teórica da pesquisa, por assim dizer quando nos referimos aos diversos modos de entender esse espaço em função de suas hipóteses de relação entre mídia e sociedade, os polos são identificados como distintos, de forma que é possível “explorar” conceitualmente esse espaço de diferenciação, na busca do ordenamento administrativo ou crítico dos fluxos de sentido, por exemplo. Nesse caso estaríamos nos referindo verdadeiramente aos processos diferenciais internos à sociedade em sua dinâmica transformadora.

Embora a arquitetura aqui analisada possua referências empíricas – há sempre uma instância empenhada em comunicar-se com outra, de toda forma observáveis tanto em função das informações processadas, dos atos de comunicação e da compreensão verificada quando o outro lado a recebe, a natureza empírica dessa construção se considerada em sua totalidade – o que incluiria a circulação - ela estaria

7. Adiantamos aqui a ideia de que, se a diferença deverá ser introduzida no conceito como forma de responder à natureza da circulação, então as perturbações ocorrentes nesta em função das transformações da base tecnológica parecem interferir na espacialidade e temporalidade que permitem a circulação. Nesse caso – voltaremos a falar dele ao longo do trabalho – o processo é histórico em função dessa temporalidade interna que o constitui. Poderíamos adiantar aqui: nesse caso a comunicação é sempre contemporânea, e o conceito deve assim atualizar-se à medida em que o vigor do fenômeno convoque sua adequação às novas temporalidades. Com isso, define-se uma postura crítica da crítica das novas tecnologias e à sociedade por ela constituída, além do estímulo à atualização teórica, o que não significa que em todas as teorias não ocorram indícios importantes acerca para o equacionamento da questão da circulação.

sempre dependente, para a validação da perspectiva instrumental, da compreensão do que se constitui propriamente como circulação – na comunicação e na sociedade, portanto referida à ordem social.⁸

Daí todas as perturbações dos sistemas de comunicação observados nos sistemas cognitivos que os observam interferem no conceito. Ora, essas perturbações (irritações) ocorrem comumente e definem a instabilidade conceitual da comunicação tanto quanto o processo em si, em sua multiplicidade e natureza caleidoscópica. Muito já se disse sobre essa dificuldade de esclarecer sobre a natureza do objeto da comunicação; da dificuldade de se delimitar e legitimar a área de estudo.

A pergunta que já podemos fazer, agora, é: se a circulação é uma incógnita na construção do conceito da comunicação atento à polaridade do processo, então a instabilidade da área refere-se a essa inconceituabilidade básica de todo processo de comunicação – agora definido, no visto acima, em todas as perspectivas da comunicação e, assim, nos âmbitos do que consideramos como a comunicação empírica, teórica e epistemológica. Por se tratar de comunicações, possuem instancias de circulação (e uma diferença instalada ad infinitum entre o código do rigor científico e o fenômeno) cuja natureza inconceituável atravessa esses três níveis de compreensão. Há assim uma espécie de “transversalidade” da referência problemática da circulação desses (e entre esses) três níveis, o que garantiria – na compreensão sobre a circulação, uma referência importante, talvez, para a solução dos problemas de constituição do objeto e da área.

Contraopondo-se a essa perspectiva otimista temos uma instabilidade conceitual-teórica que se sustenta, curiosamente, numa equação E---R que sobrevive desde Aristotéles, cujas variações preservam, acima de tudo, esses faróis para os navegadores da área. Mas poderemos reconhecer alguns indícios interessantes, aí. Na recursividade, quando o receptor transfigura-se em emissor, a arquitetura lógica como que

8. Sobre isso, ver Luhmann em seu trabalho sobre A improbabilidade da comunicação (Luhmann, Niklas. A improbabilidade da comunicação. Lisboa: Codex, 2001)

suporta o giro sobre um eixo invisível, quando o lugar empírico (?)⁹ dos polos embora transmute-se, em função do fluxo ou “refluxo” de sentido, ou feed back, a estrutura lógica polar mantém-se.

Autopoiéticamente, isso é explicável no fato de que as instancias produtoras de sentido e internas ao conceito de comunicação, como produção (considerada como o âmbito das seleções – diferenciadas entre si - de informações e de sinais) e recepção (considerada como a seleção de elementos de compreensão que produz a unidade da diferença entre informação e meio), se mantêm autopoiéticamente distintas. A diferença – a autopoiésis - que as mantem como elementos distintos e acoplados permite – ao impedir qualquer continuidade no sentido - o “giro” e a recursividade da comunicação. Isso significa: o sentido emitido nunca é igual ao sentido recebido – por isso falamos em interpretação, obviamente.

Num parênteses: isso contraria a perspectiva instrumental, já que o giro (no diálogo, por exemplo) alterna a função instrumental entre os polos no âmbito do conceito. Com isso a noção instrumental deve ser anulada por essa alternância, e substituída com mais propriedade pelo conceito de dupla expectativa (Luhmann) que organiza o processo de produção de sentido de realidade.

Se torna necessário aqui, também, um parênteses explicativo do conceito: na perspectiva do construtivismo radical a mídia e seus receptores tem expectativas mutuas. No jogo de exercício dessas expectativas surge a realidade social-comunicacional. A ideia é que nenhum dos dois polos seja hegemônico no exercício dessa expectativa, já que a autopoiésis produz, nesse jogo, distintos processos de pro-

9. A interrogação é meramente provocativa. Trata-se da questão: o que é o empírico, se admitimos a perspectiva construtivista radical? O empírico comunicado na teoria seria uma referência (heteroreferencia) obtida de uma seleção de informação acerca do fato “real”. Dessa forma o real seria o que sobra, o resto não selecionado que se mantem como possibilidade para outras heteroreferencias (do real). Para nós, os polos da comunicação seriam lugares produzidos pela invisibilidade da circulação – a verdadeira “matriz” da comunicação – que os convocaria como possibilidade da ordem social, submetida assim a uma permanente construção.

dução de sentido (o que não exclui a força da publicização, concernente ao fato de que a realidade é socialmente construída e que a publicização – na mídia - tem em si a força da convergência de múltiplas unidades das diferenças (compreensões) que a torna, mesmo questionada, referência de realidade social. Mas considere-se aí que, âmbito da teoria da autopoiesis a distinção entre sistema social e sistema psíquico define teoricamente a impossibilidade da hegemonia), de forma que a única solução compreensiva é que a realidade é sempre um território de *sentido de realidade* compartilhado, onde se realizam a lógica midiática e a comunicacional, em tensão. Nesse sentido, a sociedade tende à diferenciação e complexificação.

Assim, o conceito de comunicação apresenta-se como um sistema de elementos (subsistemas) articulados por diferenças que expressam possibilidades de construção da realidade através de uma seletividade própria em cada instancia do conceito, algo análogo à dupla articulação da linguagem, na perspectiva saussuriana do conceito dicotômico sintagma-paradigma. O conceito seria um sintagma onde cada passo de sua ordenação (seleção de informação, seleção de sinais e seleção de compreensões) seria um produto de uma seleção (contingenciamento) em relação a outras possibilidades de escolha.

Como numa frase, onde o sentido buscado pode sofrer alterações pela substituição de palavras com a utilização de eixos paradigmáticos, a comunicação constrói a realidade que comunica através de seleções paradigmáticas - embora o eixo vertical do exemplo sirva apenas como analogia, em função da complexidade das seleções na comunicação - de modo que as seleções de compreensões utilizadas podem alterar o sentido da realidade informada e do mesmo modo a seleção de informações (heterorreferências) pode construir o sentido da realidade noticiada.

Contra a ideia de continuidade (transmissão), as diferenças incrustadas no processo (e na comunicação sobre o processo, vamos ver, assim como na comunicação epistêmica sobre os conceitos que comunicam sobre a comunicação

(processo) interrompem a “representação” da realidade, possibilitando sua construção, de fato.

Acerca disso, basicamente, propõe Javier Torres Nafarrate,

“... aunque a la mirada habitual le parezca que los temas que tratan los médios de masas son transportados de la política, la economía, el arte, sin embargo, lo que sucede es que los masas media transforman esos temas de manera peculiar. Es precisamente esse procesamiento y reprocesamiento de temas venidos de otros confines, lo que acaba por constituir el universo específico – clausurado em su operación -, de los médios de comunicación de masas. Dicho de manera más drástica (com la esperanza que el lector pormenore com la lectura minuciosa del libro): Ni la información ni la representación que se hace em los medios sobre arte, es arte; ni la información ni la representación sobre la ciencia, es ciencia; ni la información ni la representación sobre política es política...(Luhmann, In memoriam, p. XX).

Agora, imaginemos que esta síntese de diferenças do conceito sofra uma turbulência provinda do sistema tecnológico, alterando os acoplamentos estruturais internos ao conceito: a seleção de informações coincide com as possibilidades tecnológicas de modo que sinal e informação não se distingam. Sempre que vejo um aluno procurando um Pokémon, imagino isso. A realidade virtual seria uma forma de indistinção entre informação e sinal de base tecnológica avançada.

Essa indistinção gera um mundo autônomo, cujas representações culturais foram experimentadas em filmes como *Matriz* e em *A Origem*, entre outras. São apresentações de realidades sem referências possíveis fora da conexão entre informação e tecnologia midiática. Se distinguem do mundo “real” pelo simples fato de que a compreensão, que produz a unidade entre informação e meio (entre auto e

heterorreferência) está impossibilitada de fazê-lo, em função da inexistência da diferença.

A distinção entre auto e heterorreferência – entre a realidade das operações propriamente midiáticas e a realidade de fora tratada por ela a partir de uma diferença “que produz uma diferença” e permite a construção da realidade pelo sistema, deixa de existir. Com isso os espaços de circulação se extinguiriam – na perspectiva autopoietica - pelo fato de que a distinção entre auto e heterorreferência¹⁰ é definitivamente reduzida à *unidade da diferença*, por uma compreensão submetida a um totalitarismo de sentido, agora não mais contingente, não mais uma *forma de dois lados* (Luhmann).

A realidade do Pokémon, assim, ganharia autonomia em relação aos *sentidos de realidade social*. Mas, essa autonomia é a de um *objeto* exótico, cujo sentido não é recolhido pela dinâmica social: ele é estranhado como realidade e reconhecido apenas por sua natureza de brinquedo, produto de um avanço tecnológico, apenas. Essa questão nos dos indícios fortalecedores da proposta luhmanniana da indistinção

10. Em seu livro sobre A realidade dos meios de comunicação Luhmann refere-se já no título a essa dupla realidade dos meios de comunicação: “pode-se falar da realidade dos meios de comunicação em duplo sentido” ... “ A realidade dos meios de comunicação, sua realidade real, pode-se dizer, consiste em suas próprias operações. Imprime-se e difunde-se. Lê-se. Emissões são recebidas. Inúmeras comunicações envolvendo a preparação e a discussão subsequente cobrem esse acontecimento” (Luhmann, 2005, p. 18), essas experiências referem-se a operações que transcorrem realmente, com as quais o sistema reproduz-se a si mesmo, assim como sua diferença em relação ao ambiente. Pode-se falar ainda de um segundo sentido da realidade dos meios de comunicação, a saber, em relação àquilo que *para eles* ou *por meio deles* aparece como realidade para *outros*. (Idem, p. 20). No conceito, a primeira realidade são as operações de seleção dos sinais (autoreferenciais) onde “por meio deles” o segundo sentido de realidade (heterorreferenciais) surge para os leitores. Essas operações ocorrem no sistema de forma simultânea, o que força a compreensão a prove-las de uma *unidade*, que em si é sempre a solução de um paradoxo: o da unidade (provisória, construída) de uma diferença. Se compararmos ai com o modelo E__R, o conceito é paradoxal: é uma unidade (sempre precária) de uma diferença que, ativada pela tecnologia irrompe teoricamente, aqui.

entre comunicação e sociedade. Afinal, como prosperariam os sentidos sociais?

O exemplo acima tem mais importância (nesse contexto de reflexão) pela mera hipótese de um radical reducionismo da diferenciação interna no conceito (e na comunicação). Assim, a compreensão que decide a forma completa do conceito articula-se a uma *diferença* (entre produção e recepção) que permite concordar ou não concordar com a comunicação – produzindo recursivamente outra comunicação, no primeiro caso, ou encerrando a comunicação, no segundo. No contexto das interatividades de base tecnológica, o virtual surge algumas vezes na perspectiva de um determinismo tecnológico, como a possibilidade de indistinção entre informação e meio¹¹, como vimos no exemplo, alterando a função compreensiva do receptor.

-
11. Essa ideia foi desenvolvida – embora não de forma explícita – por Muniz Sodré em sua *Antropológica do espelho*, segundo a ideia de um Bios midiático, onde a instrumentalidade da mídia coincidiria com o conceito representativo de um novo modo de ser da sociedade. Com isso a compreensão, definida como a unidade da diferença entre informação e meio, perde sua capacidade seletiva, coincidindo com as referências informacionais disponíveis “à serviço da lei estrutural do valor, o capital, e que constitui propriamente uma nova tecnologia societal”(Sodré, 2002, p.22). A teoria da autopoiesis contrapõe-se a esse raciocínio, para nós, pelo fato de que a informação tomada como mercadoria pode chegar a um clímax de valor que traz em si a contradição do capitalismo, como é o caso do You Tube. Ali, o valor mercadológico está associado à abertura para toda e qualquer mercadoria, seja qual for sua natureza ideológica. A contradição está baseada no fato de que o valor mercadológico da informação, nas condições da interatividade de base tecnológica, está determinado antes de tudo pela amplitude da oferta, cujo controle parece contraditório à base tecnológica utilizada. A ideia de formatação das consciências, que as levariam a se constituir em formas afetivas e cognitivas alienadas é descartada pela autopoiesis, que distingue sistema social (comunicação) e sistemas psíquicos. A comunicação, como operação genuinamente social enfrenta a autopoiesis dos sistemas psíquicos, dos quais sofrem as irritações que a estimulam a se transformar, e vice-versa. Embora Luhmann descarte a ideia de conectar o conceito da comunicação às definições de intencionalidades (políticas inclusive) poderíamos tentar analisar a questão a partir dele: a supremacia do capitalismo na disputa ideológica em tempos de tecnologias interativas talvez se embase no fato de que como mercadoria – escapando à lógica do controle ideológico ao coincidir com ela – a informação

De certo que devemos nos preocupar com essa possibilidade, mas a história do pensamento tem mostrado – tendo como exemplo a arte e as perspectivas apocalípticas a cada suposta indiferenciação entre informação estética e tecnologia, que a compreensão recupera sempre a diferença entre elas, no próprio ato de compreender, independentemente dos conteúdos compreendidos. Assim, talvez ela nunca tenha sido perdida, ao se constituir dimensão própria de construção – no caso estética – da realidade. Mas isso nos leva a tensionar novamente o conceito que expressa em amplo sentido essa dinâmica.

1 Um parêntese: reflexões sobre o conceito de mediatização

Quando o conceito de “agulha hipodérmica” formulado por Lasswell engessa o sentido circular da comunicação, etimologicamente já pensada como o tornar comum, em busca da eficácia instrumental, a pesquisa posterior resgata o espaço interpolar como diferenciação não conceituada, tendo como referência histórica o relatório de Payne Fund (1933) e posteriormente pelas inovações teóricas trazidas pela

“descoberta de um elemento intermediário entre o ponto inicial e o ponto final do processo da comunicação. Ele poria em questão o princípio mecanicista lasswelliano do efeito direto e indiferenciado e, além disso, o argumento tautológico do “efeito massificador” da sociedade de massa”. (Matellart, 2000, p. 47).

apresenta uma capacidade de circulação (e diferenciação) maior que nos sistemas políticos que tentam controlá-la. A ideia de liberdade coincide com a de consumo, mas não fica claro se a determinação dessa coincidência e suas consequências políticas advém da formatação ideológica do capitalismo ou de demandas dos sistemas psíquicos, como meio da sociedade e a ela acoplados, que selecionaram historicamente as possibilidades de ordem social existentes. Mas, pensada dessa forma, nada impede que a seletividade autopoietica persista evolucionariamente.

Nessa mesma esteira, a nova teoria, do two step flow, gradua o impacto dos efeitos, mas também não significa nenhuma mudança em profundidade na concepção instrumental. Matellart conclui sobre o fato de que, “fundada inicialmente numa crença na onipotência da mídia, a Mass Communication Research na sequência não *cessará de relativizar seus efeitos sobre os receptores* (grifo nosso), mas jamais voltará a pôr em questão a visão instrumental que presidiu ao nascimento da teoria lasswelliana”. (Gitlin, 1979; Piemme, 1980; Beaud, 1984. Apud Mattelart, 2000, p. 55)

Nesse sentido podemos reconhecer que o hiato no conceito, mesmo em sua invisibilidade teórica, tensiona a lógica intencionalidade-efeito. Essa lógica sustenta a perspectiva instrumental dando um sentido causal à polaridade da comunicação, independentemente da direção que se lhe dê ou seja, os da determinação causal E __ R, vice versa, ou inter determinação entre E__R.

Com isso cobrem exigências da construção teórica dos objetos de pesquisa, problemas se referam à midiaticização da sociedade. Primeiramente em perspectivas administrativas e críticas, que de toda forma mantiveram intacto o modelo instrumental (pensados em termos de outras perspectivas, como a sociológica funcional ou crítica, onde o subjacente instrumental mantinha a comunicação midiática “fora” da sociedade, permitindo que a circulação fosse algo agregado à ela e não uma dimensão própria do fenômeno, como algo que emergia ante as preocupações como um específica diferenciação na comunicação da sociedade). Esses objetos são construídos a partir de interfaces entre um constructo comunicacional-midiático e o comunicacional não midiático,¹²

12. Não existe, na nossa perspectiva teórica, distinção entre comunicação e sociedade. A sociedade seria o sistema total que englobaria todos os sistemas sociais – que seriam aquilo que designamos como processos sociais (cultural, econômico, educativo, político etc). Numa perspectiva de sistemas de sentido que se contrapõe a ideia de sistemas de ação, todo processo social opera sentidos que precedem à ação, dão “sentido” a ela e assim as identificam e definem seus limites. Assim, determinadas ações são identificadas como econômicas pelo sentido que tem na totalidade dos processos sociais. Podemos assim identificar determinados partidos como de esquerda ou de direita não por suas ações

que são os cerne problemáticos da questão da midiatização. Poderíamos dizer sem dúvida, já aqui, que a circulação, na mesma medida em que tensiona a dupla intencionalidade efeito, deixando-as sem chão, convocaria, como diferença, a intencionalidade-efeito.

Mas, como poderemos equacionar isso? A teoria propõe que não há uma diferenciação entre comunicação e sociedade. Os objetos de pesquisa, por seu lado, enredados numa concepção instrumental da qual não conseguem se desgarrar giram em torno de espectros variados de relação E__R, sempre recorrendo a outros processos não comunicacionais midiáticos para dar sustentação ao objeto e problema de pesquisa. Poderíamos dizer: a circulação não apenas tensiona o modelo intencionalidade efeito *mas também age como diferença*, ilegitimando-o.

Mas, ao constituir a própria possibilidade de comunicar ela deve estar presente na manutenção da intencionalidade-efeito como perspectiva ou ação gravitacional que mantém os polos em relação. Esse paradoxo, (que deve ser submetido à uma discussão a partir do que a teoria chama de *improbabilidade da comunicação*, não foi aprofundado aqui (embora citada) em função da natureza e dos objetivos mais imediatos desse trabalho.

De toda forma, devemos reforçar, o aparato teórico fundado numa identificação-distinção de polos escapa ileso, daí sua invariância e o subjacente instrumental persistente. A noção instrumental perpetua-se, portanto, invariavelmente em modos distintos de conceber a relação de determinação (ou interdeterminação) entre mídia e sociedade. Num modo de maior complexidade, a noção de inter-determinações entre os polos opera da mesma forma.

A passagem de nossa análise pelo conceito mais caro a questão das relações entre comunicação (midiática) e so-

isoladas, mas pelo programa ou ideologia que as definem e que buscamos identificar. Nesse caso, sistemas sociais se observam mutuamente comunicando socialmente sobre isso. O confronto entre o judiciário e o congresso, no caso do projeto contra a corrupção, pode fazer com que os cidadãos se mobilizem socialmente, sempre em referência às comunicações de cada sistema, como realidade a ser aceita socialmente.

cidade talvez nos ajude nisso. Quando nos referimos à midiatização como um “conceito em construção” ideia apresentada em seminários do doutorado da Unisinos pelo Professor Fausto Neto, entendemos a ideia em relação ao esforço teórico de construção de um conhecimento acerca da dinâmica das relações entre mídia e sociedade. Ou seja, o conceito, ante a complexidade dessas relações, estaria sempre disponível a novos exames e reconfigurações.

Como já vimos, entretanto, o conceito de midiatização se insere no âmbito de uma diferenciação. Seu estar “em construção” deve-se a autopoiesis desses dois sistemas de comunicação, já que nada garante que a sociedade será totalmente midiatizada: a realidade construída pela mídia é tomada como referência (heterorreferencia) pela sociedade da comunicação não midiática, que reelabora a realidade de modo a produzir novas referências para a mídia, num movimento *circulatório* que se dá, em última instância nos sistemas diferenciados de comunicação que constituem a sociedade – sistema total. A circulação, portanto, *coincide* com a diferenciação produzida pela autopoiesis dos sistemas de comunicação envolvidos na construção social da realidade.

A midiatização, portanto, é um conceito que aspira a unidade de um processo que so se realiza (convoquemos a ideia heraclitiana de processo), entretanto pela impossibilidade dessa unidade. Mas fica a ideia de uma possibilidade de total midiatização da sociedade, que alimenta as perspectivas apocalípticas. A unidade do conceito se sustenta numa diferença. Ele “resolve” o paradoxo numa unidade da diferença que o constitui, numa semântica singular, mas que contém em si próprio hiatos cognitivos insolúveis, embora necessários à aplicação na pesquisa – a expressão desse hiato é a *inconceituabilidade da circulação*.

Tal inconceituabilidade não expressa em si uma deficiência teórica: ela é, curiosamente, a própria possibilidade da comunicação teórica. Assim, o conceito de midiatização refere-se, em seu cerne epistemológico, teórico e empírico à “circulação”, e a inconceituabilidade desta refere-se à possibilidade de conceituação (ação de conceituar) do conceito.

A questão, ai, - e aqui finda essa parte de nossa reflexão, que fica necessariamente aberta para um próximo seminário – é como abordar o conceito de mediação – como expressão de uma tentativa de unidade de diferenças onde vige a circulação, submetendo-o à hipótese da transversalidade dessa instancia da circulação nas várias e possíveis experiências da comunicação (inclusive a comunicação empírica, teórica e epistemológica). Possivelmente, numa perspectiva construtivista extremamente radicalizada, o conceito se abriria para novas e complexas compreensões sobre a comunicação, a sociedade e o conhecimento sobre elas. Esse é o nosso horizonte de pesquisa.

Referências

- LUHMANN, N. 2005. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo. Paulus,
- _____. 2009. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis, RJ, Vozes,
- _____. 1997. *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre. Universidade/UFRS, Goethe Institut/ICBA.
- _____. 2001. *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa, Vega, Limitada.
- LUHMANN, L. DE GIORGI, R. 1993. *Teoria de la sociedad*. Guadalajara, Universidad de Guadalajara.
- MATELLART, A, e MATELLART, M. 2000. *História das teorias da comunicação*. São Paulo. Loyola.
- RODRIGUES, L. P. NEVES, F.M. 2012. *Niklas Luhmann: a sociedade como sistema*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- SODRÉ, M. 2014. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ. Vozes.
- _____. 2002. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ.

MARCONDES FILHO, C. 2004. *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?* São Paulo. Paulus.

WOLF, Mauro. 1987. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Editorial Presença.

